

Eurides garante pó de giz a aposentados

ERALDO PERES



Riella recebeu os professores em nome da secretária Eurides Brito

A secretária de Educação Eurides Brito garantiu ontem que os professores aposentados da FEDF terão a gratificação conhecida como "pó de giz" definitivamente incorporada aos salários dos professores aposentados. Os mais de quatro mil professores aposentados do GDF perderam, no mês de janeiro, uma gratificação de 20 por cento sobre os seus salários, conhecida como "pó de giz". Há mais de dois anos a gratificação era paga a todos os professores da rede oficial, mas um parecer emitido pela Procuradoria Geral do DF fez com que o GDF suspendesse o pagamento aos aposentados.

Para a procuradora do DF, Lenir Neves Fonseca, a gratificação só é devida aos professores que

ainda estão em sala de aula. A opinião da procuradora foi acatada pela Procuradoria Jurídica da Fundação Educacional, que suspendeu a gratificação aos aposentados.

Em protesto, cerca de 200 professores estiveram ontem no Palácio do Buriti, exigindo o retorno da gratificação. De acordo com informações de sua assessoria, a secretária Eurides Brito não havia sido informada sobre a medida da Fundação Educacional em suspender a gratificação aos aposentados, o que causou até mesmo demissões na Procuradoria Jurídica. Os aposentados foram recebidos pelo secretário do Trabalho, Renato Riella, pois a secretária de Educação estava cumprin-

do agenda fora do Palácio.

Riella apresentou aos professores aposentados um projeto de lei elaborado pela Secretaria de Educação, alterando a decisão da procuradoria e garantindo definitivamente o "pó de giz" aos aposentados. Segundo o secretário de Trabalho, o projeto já foi assinado pelo governador e em breve será encaminhado à Câmara Legislativa. Mas o secretário explicou que, como a lei só terá vigor a partir de sua publicação, a gratificação não será retroativa a janeiro. Os 20 por cento a menos nos contracheques de janeiro, não serão pagos em fevereiro. Mas a secretária informou, através de Riella, que não há como efetuar o pagamento relativo a janeiro.